



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0190.981-9 – Recife ✓

Agravante(s): Alimentos do Lar Ltda. ME.

Agravado(s): Pregoeiro da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO 526 DO CPC. JUNTADA AOS AUTOS PRINCIPAIS DA COPIA DA INICIAL DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, ROL DOS DOCUMENTOS QUE O INSTRUÍRAM E COMPROVANTE DE SUA INTERPOSIÇÃO. INADMISSIBILIDADE RECURSAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. COMPROVAÇÃO PELO RECORRIDO. ACOLHIMENTO PRELIMINAR. MÉRITO PREJUDICADO.

1. Compulsando a documentação acostada pelo agravado, infere-se que a Chefia de Secretaria do Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Pernambuco emitiu certidão, acostada à fl. 242, pela qual noticia que até a data de 21 de julho do corrente ano o agravante não juntou aos autos do Mandado de Segurança nº 001.2009.113654-8 cópia da inicial do presente agravo de instrumento, assim como do comprovante de sua interposição e relação dos documentos que instruíram o recurso.

2. Nos termos do art. 526, *caput* do Código de Processo Civil, o agravante deverá, no prazo de 03 (três) dias, requerer juntada aos autos do processo originário de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade do agravo, devendo o não cumprimento deste dispositivo ser argüido e provado pelo agravado.

3. O presente agravo de Instrumento foi interposto em data de 12 de junho de 2009, consoante protocolo inserto na sua face, do que se infere que, não tendo havido comunicação da interposição do mesmo ao Juízo *a quo* até o dia 21 de julho do corrente ano, exauriu-se o prazo legal, tornando-se imperativa, pois, a aplicação do parágrafo único do art. 526 do CPC.

4. À unanimidade de votos, acolheu-se a preliminar de inadmissibilidade do presente recurso, por violação à exigência disciplinada pelo artigo 526 do CPC, prejudicada a análise meritória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0190.981-9, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, o Estado de Pernambuco, como agravado, Frigorífico Janga Ltda., Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, acolheu-se a preliminar de inadmissibilidade do presente recurso, por violação à exigência disciplinada pelo artigo 526 do CPC, prejudicada a análise meritória, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de Novembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0190.981-9 – Recife

Agravante(s): Alimentos do Lar Ltda. ME.

Agravado(s): Pregoeiro da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pela Alimentos do Lar Ltda. ME. em face do Pregoeiro da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Paulo Onofre de Araújo, proferida nos autos do Mandado de Segurança de nº 001.2009.113654-8.

A decisão questionada (fls. 23/24) indeferiu a liminar almejada.

Historia que o HEMOPE promoveu licitação com o objetivo de contratar empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de lanches para os doadores de sangue da Fundação, para o qual ele agravante concorreu, não tendo, contudo, logrado êxito na fase de apresentação de lances.

Alega que, quando da apresentação dos documentos de habilitação, a concorrente Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho, vencedora na fase de lances, descumpriu alguns itens do edital que instaurou o certame, o que a motivou a interpor recurso administrativo, objetivando a desclassificação da referida empresa, não tendo, contudo, obtido sucesso, razão pela qual impetrou o *mandamus* originário.

Aduz que o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho descumpriu uma série de requisitos do edital da licitação em tela, dentre eles a exigência, elencada no item 2.2, do Anexo 02, de apresentação de prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, porquanto o documento ofertado pela referida empresa não é pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, conforme exigido no instrumento que instaurou o pregão em tela.

Afirma que o documento apresentado pela vencedora do certame noticia que o seu ramo de atividade é a defesa de direitos sociais AP e APP e a educação infantil – pré-escola APV, totalmente alheio, segundo sustenta, ao objeto da licitação, pertinente ao fornecimento de produtos alimentícios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Alega que o edital é expresso em exigir dos concorrentes que comprovem, de pronto, terem condições de cumprir objeto semelhante ao que será contratado e uma das formas de se viabilizar tal comprovação é através do registro de contribuinte com objeto compatível com a licitação.

Assevera que, para além do item 2.2 do edital, a citada empresa descumpriu, ainda, o item 4.2, que versa acerca da qualificação técnica, mais precisamente sobre a autorização para funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária – VISA do Estado ou Município onde estiver instalada, eis que apresentou exclusivamente documento relativo à sua filial, que em momento algum foi enquadrada como responsável pela prestação do serviço.

Acresce que o edital do certame, por força dos princípios da vinculação ao edital e da isonomia, deve ser estritamente observado quer pela Administração Pública, quer pelos concorrentes, a fim de que se efetive uma competição real, razão pela qual as propostas que sejam ofertadas pelos licitantes em desconformidade com o edital devem ser desclassificadas.

Pugna, liminarmente, pela antecipação da tutela recursal, para fins de determinar-se a imediata desclassificação do Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho do certame em apreço ou, acaso assim não entenda, suspender-se o curso da licitação até final julgamento do mandado de segurança e, no mérito, pelo seu provimento, com a integral reforma da decisão vergastada.

A Relatoria substituta, às fls. 220/224, indeferiu a antecipação de tutela e o efeito suspensivo ativo pleiteados.

Instado a ofertar contra-razões, o agravado fê-lo às fls. 230/241, argüindo, preliminarmente, inadmissibilidade do presente recurso, por violação à exigência disciplinada pelo artigo 526 do CPC.

Asseverou, no mérito, em síntese:

1) Que o deferimento da liminar almejada pelo impetrante/agravante acarretaria grave e irreparável prejuízo ao Erário, porquanto ela ofertou proposta no importe de R\$ 644.400,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), ao passo que a empresa consagrada vencedora da licitação em tela ofertou R\$ 399.840,00 (trezentos e noventa e nove mil, oitocentos e quarenta reais);

2) Que a empresa vencedora promoveu uma descentralização quanto à produção de refeições, razão pela qual, sustenta, é óbvio que a inspeção efetuada pela Vigilância Sanitária deu-se no local de produção dos alimentos, não podendo prosperar a alegação de irregularidade em documento autorizador de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

funcionamento expedido pelo referido órgão;

01

3) Que, não obstante o edital seja lei entre as partes, que a ele se vinculam, esta exigência quanto ao administrador não é absoluta, sob pena de quebra da competitividade, o que permite o seu abrandamento quando exista mera irregularidade;

4) Que o processo licitatório em apreço foi realizado sob a modalidade pregão eletrônico, regido por lei própria, que não agasalha o formalismo exacerbado da Lei nº 8.666/93;

5) Que se tem em pauta, aqui, direitos coletivos de um grupo de pessoas altruístas que comparecem ao Hemope para doarem sangue sem esperar nada em troca.

O *Parquet* ofertou parecer às fls. 249/251, opinando pelo acolhimento da preliminar argüida e, no mérito, pelo não provimento do recurso.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 28 de Outubro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0190.981-9 – Recife

Agravante(s): Alimentos do Lar Ltda. ME.

Agravado(s): Pregoeiro da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO PRELIMINAR: INADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO, POR VIOLAÇÃO À EXIGÊNCIA DISCIPLINADA PELO ARTIGO 526 DO CPC.

Compulsando a documentação acostada pelo agravado, infere-se que razão lhe assiste. De fato, a Chefia de Secretaria do Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Pernambuco emitiu certidão, acostada à fl. 242, pela qual noticia que até a data de 21 de julho do corrente ano o agravante não juntou aos autos do Mandado de Segurança nº 001.2009.113654-8 cópia da inicial do presente agravo de instrumento, assim como do comprovante de sua interposição e relação dos documentos que instruíram o recurso.

Nos termos do art. 526, *caput* do Código de Processo Civil, o agravante deverá, no prazo de 03 (três) dias, requerer juntada aos autos do processo originário de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade do agravo, devendo o não cumprimento deste dispositivo ser argüido e provado pelo agravado.

O presente agravo de Instrumento foi interposto em data de 12 de junho de 2009, consoante protocolo inserto na sua face, do que se infere que, não tendo havido comunicação da interposição do mesmo ao Juízo *a quo* até o dia 21 de julho do corrente ano, exauriu-se o prazo legal, tornando-se imperativa, pois, a aplicação do parágrafo único do art. 526 do CPC.

Ante o exposto, voto pelo acolhimento da preliminar em tela, para que, com arrimo no dispositivo legal supracitado, negue-se seguimento ao presente agravo de instrumento, prejudicada a análise meritória, ante a sua manifesta inadmissibilidade.

Recife, 24 de Abri de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0190.981-9 – Recife

Agravante(s): Alimentos do Lar Ltda. ME.

Agravado(s): Pregoeiro da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE MÉRITO:

A decisão impugnada encontra-se acostada às fls. 23/24 dos autos.

Versa a lide em apreço acerca de suposto descumprimento de exigências editalícias para habilitação pela empresa vencedora de licitação instaurada pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE, sob a modalidade pregão, para contratação de prestadora de serviço de fornecimento de lanches aos doadores de sangue para o HEMPE.

De início, cumpre analisarmos os itens editalícios mais relevantes para a resolução da presente lide:

♦ EDITAL:

"ANEXO 02 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

(...)

2. Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

(...)

2.2. - Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

(...).

4. Documentos relativos à qualificação técnica:

(...)

4.2 - O licitante deverá apresentar autorização para funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária – VISA do Estado ou Município onde estiver instalado, dentro do seu prazo de validade, bem como a autorização de funcionamento, emitido pela VISA do Ministério da Saúde, quando for o caso;

(...)."

Da literalidade dos itens editalícios supra-transcritos infere-se que, para fins de habilitação na licitação em apreço, fazia-se mister que os proponentes apresentassem, dentre os documentos prestantes à comprovação da sua regularidade fiscal e habilitação técnica, documentos que atestassem sua inscrição em cadastro de contribuintes pertinente ao seu ramo de atividade, desde que compatível com o objeto da licitação, bem assim a existência de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

autorização de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde está localizada.

In casu, o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho, objetivando a comprovação do preenchimento do requisito de regularidade fiscal elencado no item 2.2 em tela, apresentou Cartão de Inscrição Municipal (fl. 97), que, malgrado ateste que o mesmo se encontra regularmente inscrito em Cadastro de Contribuintes do Município do Recife, informa, no campo referente à atividade, que o ramo de sua atuação é o da defesa de direitos sociais e educação infantil.

Cumprе notar que, malgrado, a princípio, as atividades indicadas no Cartão de Inscrição Municipal não tenham pertinência com o objeto da licitação em apreço, qual seja, o fornecimento de lanches, é certo que o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho comprovou que a atividade de fornecimento de refeições, lanches e *buffet* está incluída no âmbito do seu objeto social, consoante faz prova Ata da Assembléia Geral Extraordinária, acostada às fls. 138/139, que atesta alteração do Estatuto Social da empresa para fins de inclusão da "promoção e realização de congressos, conferências, simpósios, seminários, feiras, festivais, espetáculos, eventos, fornecimento de refeição, lanches, *cooffee break*, *buffet*, decoração, mão de obra, hospedagem, traslado, receptivo e infra-estrutura".

Frise-se, ademais, que o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho comprovou que já prestou, efetivamente, em diversas outras ocasiões, o serviço de fornecimento de refeições, consoante demonstram os atestados acostados às fls. 152/162.

Ressalte-se, outrossim, que o objetivo visado pelo item 2.2 do edital em tela, a saber, a regularidade fiscal da pessoa jurídica, restou comprovada pela simples apresentação do CIM, que demonstra o seu cadastro perante o Fisco Municipal, o que pressupõe que a mesma se submete à fiscalização pelas autoridades fiscais e à cobrança dos tributos de competência do Município do Recife.

No tocante ao preenchimento do requisito previsto no item 4.2 do edital, o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho apresentou a Licença Sanitária acostada à fl. 151, na qual consta como endereço a Rua Maringá, nº 149, Prado, Recife, CEP nº 50751040, referente à sua filial, inscrita sob o CNPJ 01.515.459/0003-52.

Advirta-se que, se é certo que a Licença Sanitária em comento refere-se não à sede, mas à filial do Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho, é igualmente correto destacar que o local de produção das refeições a serem por ele fornecidas é o que consta da autorização de funcionamento em apreço, o que se coaduna com o objetivo de comprovação de qualificação técnica que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

se visa a alcançar com a exigibilidade da apresentação do documento em apreço. 01

Por fim insta registrar que, não obstante a necessidade de observância do princípio da vinculação ao edital, a interpretação do mesmo não deve conduzir a rigorismos exacerbados, desde que cumpridos, na essência, os requisitos de habilitação nele exigidos, como foi demonstrada, ao menos a um exame prefacial dos autos, na hipótese em apreço.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, mantida a decisão recorrida em sua integralidade.

Recife, 24 de Novembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator